



COLECTIVO
LATINOAMERICANO
DE JÓVENES

Con el apoyo de



**W.K. KELLOGG
FOUNDATION**
To help people help themselves



Análise do orçamento estadual em benefício de jovens pernambucanos

Marcílio Dantas Brandão

Recife/Brasil, agosto de 2008

Dados de identificação do/a investigador/a e Co-investigadores/as.

Investigador

Nombre: : Marcílio Dantas Brandão
Edad: : 30 anos
Sexo: : Masculino
Nível de escolaridad. : Superior (bacharel em Ciências Sociais)
País: : Brasil
Ciudad o Zona: (región, provincia, comuna) : Recife, Pernambuco, nordeste do Brasil
E-mail: : marcbrand78@yahoo.com.br
Teléfono: : 55 81 30826441 ou 55 81 86700240
Actividad laboral : Consultor Ministério da Justiça

Co-Investigador

Nombre: : Daniel de Cerqueira Lima e Penalva Santos
Edad: : 27 anos
Sexo: : Masculino
Nível de escolaridad. : Superior (bacharel em Administração de Empresas)
País: : Brasil
Ciudad o Zona: (región, provincia, comuna) : Recife, Pernambuco, nordeste do Brasil
E-mail: : penalvadaniel@gmail.com
Teléfono: : 55 81 86800201
Actividad laboral : - Diretor da Associação e Movimento de Integração, Gerenciamento e Organização Social – A.M.I.G.O.S.;
- Assessor da Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Governo do Estado de Pernambuco.

Parceria: Universidade Federal do Piauí

Assessora do projeto: Lila Cristina Xavier Luz

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	4
2	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	6
3	OBJETIVOS.....	7
3.1	OBJETIVO GERAL	7
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4	APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS	8
4.1	JOVENS E SOCIEDADE: MUTATIS MUTANTIS	8
4.2	ARRECADAÇÃO E DESPESAS PÚBLICAS: QUEM PAGA A CONTA? E PARA QUE(M) SERVE O DINHEIRO?.....	11
5	CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	15
5.1	HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DO “DIALOGANDO”	16
5.2	UMA METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DO ORÇAMENTO-JUVENTUDE NO PPA 2008-2011 DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	17
6	RESULTADOS	19
6.1	PRIORIDADES DO “DIALOGANDO”	19
6.2	ORÇAMENTO-JUVENTUDE NO PPA 2008-2011 DO ESTADO DE PERNAMBUCO	21
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS: RELAÇÕES ENTRE AS DEMANDAS JUVENIS DECORRENTES DO “DIALOGANDO” E O ORÇAMENTO-JUVENTUDE NO PPA 2008-2011 DO ESTADO DE PERNAMBUCO	34
8	UMA NOÇÃO OBLITERADA DE ESPAÇO PÚBLICO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 Considerações iniciais

O Estado de Pernambuco segue a recente trilha aberta pelo Governo Federal no campo das políticas públicas de/para/com juventude. A exemplo do governo nacional, o Executivo estadual empenhou-se recentemente na instalação de uma Secretaria Especial que se ocupa de Juventude e Emprego.

Após a última eleição para o Governo do Estado foi formada uma Comissão de Transição composta por representantes do mandato que se encerrou no ano 2006 e correligionários do governador eleito. Convidada a se posicionar na “Roda Permanente de Diálogo sobre Políticas Públicas e Juventudes” sobre as ações executadas no mandato anterior e as previstas para o novo governo, a Comissão enviou representante que prenunciou as intenções do novo governo de 1º) instalar órgão público que se ocupasse especificamente das questões de juventude e 2º) ampliar em larga medida as ações que enfrentassem e resolvessem efetivamente alguns dos graves problemas que afetam as juventudes do Estado e levam os indicadores sociais deste segmento populacional às piores posições no ranking nacional. Segundo o representante da Comissão, tudo isso seria feito em consonância com as diretrizes de ampliar a participação popular, interiorizar as ações do governo e descentralizar a gestão.

A Secretaria Especial de Juventude e Emprego, instalada nos primeiros trinta dias do novo mandato, elaborou um plano de ação composto por três eixos: institucional, operacional e executivo. No eixo que inicia a lista, concentram-se as principais metas quanto à construção de diretrizes que sobrevivam ao mandato do governador Eduardo Campos e consolidem novos pressupostos legais, permitindo ao Executivo estadual exigir a execução de ações que contribuam para gerar melhores condições de vida à parcela jovem da população de Pernambuco. Neste eixo se incluem os “diálogos qualificados” (“reuniões de trabalho com especialistas em políticas públicas e organizações e entidades juvenis, para debater a construção do Plano Estadual de Juventude”), instalação de grupo inter-setorial reunindo representantes das diferentes secretarias estaduais que realizam ações para jovens, formação de rede de gestores municipais de políticas de juventude, produção de diagnóstico da juventude do Estado, instalação de conselhos municipais e conselho estadual de juventude e, por fim, mas não menos importante a realização do que no início deste governo ainda se chamava “Caravana de Escuta da Juventude” (“escutas” nas doze regiões de desenvolvimento do Estado com ampla participação da sociedade civil e de autoridades locais).

Nos meses de julho e agosto do primeiro ano do novo Governo – por meio do projeto “Dialogando” – concretizou-se um dos importantes passos previstos no eixo institucional de atuação dessa Secretaria. Em doze etapas, uma em cada região de desenvolvimento, esse projeto envolveu cerca de 2400 pessoas que passaram dois dias reunidas discutindo sobre demandas, potencialidades e propostas para jovens das diferentes regiões pernambucanas. A ampla maioria dos participantes era formada por jovens.

Em outubro de 2007 o projeto de Lei do PPA 2008-2011 foi apreciado na Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e a Secretaria de Juventude apontava seu compromisso de elaborar uma primeira proposta de Plano Estadual de Juventude. O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de médio prazo (quatro anos), normatizado pelo Governo Federal, por meio de Portaria do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Todos os governos, dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) são constrangidos pela legislação nacional a realizar seu planejamento de médio prazo, de acordo com o cronograma e as demais normas estabelecidas pelo MPOG.

Este projeto de pesquisa busca investigar o orçamento previsto para ações em benefício de jovens pernambucanos no quadriênio em questão 2008-2011. Ademais, espera-se identificar em que medida as propostas advindas do “Dialogando” se incorporam às peças orçamentárias. E, por fim, mas não menos importante, a investigação busca mapear os caminhos da participação de jovens pernambucanos na definição das políticas que visam beneficiá-los.

A pesquisa tem, portanto, uma múltipla relevância. Primeiro, pelo seu caráter inovador que busca lançar luzes sobre um tema pouco abordado na literatura sociológica: gestão e orçamento público. Do ponto de vista da administração pública, os resultados da investigação podem contribuir para uma análise mais aprofundada da aproximação do Governo com os objetivos pretendidos em seus planos de ação no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos jovens pernambucanos. E, por fim, do ponto de vista dos movimentos sociais, espera-se que os dispositivos de pesquisa e seus resultados possam contribuir para otimizar a intervenção de grupos e organizações juvenis no controle social das políticas públicas.

2 Definição do problema de investigação

Ao longo do projeto “Dialogando” fortaleceram-se as relações entre jovens da região metropolitana (envolvidos na execução do projeto como um todo) e outros jovens das demais regiões do Estado. Ambos puderam expressar suas opiniões, revelar suas posições e prioridades de ação para enfrentamento dos problemas vivenciados pelas juventudes do Estado. A análise coletiva da incorporação destas prioridades autenticamente juvenis no Plano Estadual de Juventude e no Plano Plurianual 2008-2011 de Pernambuco contribui para dar maior visibilidade às demandas juvenis e revela se ocorreu o crescimento no orçamento para ações em benefício de jovens.

A tramitação do atual Plano Plurianual de Pernambuco foi levada a cabo sem discussões específicas com os movimentos juvenis do Estado. Assim, a análise das relações entre demandas do “Dialogando” e ações previstas no PPA aponta em que medida as solicitações dos jovens impactam o planejamento de médio prazo do Estado. Permitindo-nos inferir como o plano de ação estratégico construído no atual Governo aproxima-se ou distancia-se das diretrizes anunciadas de:

- ampliar a participação popular,
- interiorizar as ações do governo e
- descentralizar a gestão.

Principalmente, os resultados relacionados com a ampliação da participação popular podem ser esclarecidos com esta pesquisa no que tange à participação dos jovens. Com esta investigação buscamos aprofundar a discussão acerca da ameaça dos governos que se dizem “populares”. Esta ameaça pode ser descrita nos seguintes termos: “ampliar a participação e reduzir o poder de decisão”; tem rondado o Estado nacional brasileiro que, nos últimos anos, multiplicou o número de Conselhos e canais de participação popular, mas, contraditoriamente ao discurso do controle social, estes canais de participação recém-criados têm sido cada vez menos deliberativos e são cada vez menos consultados nos processos de tomada de decisão relacionados com a gestão pública.

Assim, buscamos entender como as ações destes primeiros meses do novo Governo no Estado de Pernambuco têm ampliado ou reduzido a incidência das opiniões dos jovens na administração pública estadual. O projeto, ora relatado, teve por objetivo geral a intenção de “compreender e analisar o ciclo orçamentário e as ações que significam possibilidades de benefício para jovens, a partir do estudo de caso do orçamento do Estado de Pernambuco.

3 Objetivos

3.1 *Objetivo Geral*

Compreender e analisar o ciclo orçamentário e as ações que significam possibilidades de benefício para jovens, a partir do estudo de caso do orçamento do Estado de Pernambuco;

3.2 *Objetivos Específicos*

- Produzir conhecimentos acerca da participação juvenil na definição do orçamento e estimular seu exercício;
- Identificar “orçamento-juventude” em Pernambuco no período: ações e recursos financeiros previstos no Plano Pluri-Anual 2008-2011 que representem possibilidade de benefício para jovens;
- Comparar ações demandadas por jovens pernambucanos por meio do Projeto “Dialogando” com as ações do “orçamento-juventude” em Pernambuco no período 2008-2011.

4 Aproximações conceituais

4.1 *Jovens e sociedade: Mutatis mutandis*

Os últimos anos foram marcados por um expressivo crescimento do número de jovens no Brasil. Entre os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos¹, pode-se observar que aumentou o peso relativo dessa faixa etária da população. De acordo com dados do IBGE, em 1996, 31,1 milhões de pessoas se encontravam na faixa etária entre 15 e 24 anos. Já em 2005, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2005), último dado liberado pelo IBGE, o país tinha 35.052.332 jovens entre 15 e 24 anos. Considerando a faixa etária da juventude – como faz atualmente a Secretaria Nacional de Juventude – entre 15 a 29 anos de idade, chega-se a 50 milhões de pessoas.

Associadas a esse crescimento estão uma série de limitações. A juventude esbarra em diversas violações de seus direitos básicos e é marcada, diretamente, pelas diversas formas de violência existentes no Brasil. A desigualdade sócio-econômica aguda que caracteriza a sociedade brasileira também atravessa a fase da vida chamada de juventude, introduzindo suas contradições. Os jovens enfrentam enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrem impedimentos de acesso a bens culturais e de lazer; não têm assegurado o direito à educação de qualidade; não recebem tratamento adequado à saúde. Esse segmento da população também é marcado por um elevado índice de mortalidade². As políticas públicas voltadas aos jovens ainda são incipientes. E levando em consideração esse quadro, o Brasil vem adquirindo consciência mais acurada sobre a importância estratégica desse tema.

Pensar em políticas que reduzam o abismo das condições de vida dos diferentes jovens exige que se tracem estratégias para jovens, estratégias com jovens e estratégias de jovens.³ As políticas precisam refletir essa diversidade que não é apenas gramatical, mas substantiva. Enfrentar os problemas que afetam tão gravemente os jovens brasileiros dos dias de hoje requer um esforço conjunto que envolve os próprios jovens (estratégias e políticas **de** juventude), os não-jovens que devem participar do diálogo inter-geracional (traçando estratégias e políticas **com** jovens, posto que co-existem diferentes gerações) e, por fim, os jovens e não-jovens que precisam traçar estratégias para inserir e possibilitar a outros jovens (aqueles que alguns chamam de excluídos) o acesso aos recursos básicos da vida digna, quer seja moradia, renda mínima, educação, saúde, lazer, etc. (estratégias e políticas **para** jovens). Não há uma estratégia mais importante que outra, todas são indispensáveis e convergem para a assunção de uma digna condição juvenil.

No enfrentamento à epidemia de AIDS, no combate às drogas, nas políticas de primeiro emprego e formação para o trabalho, nas ações de inclusão digital e no

¹ Alguns organismos internacionais, e agentes nacionais, tomam como referência 15 a 29 anos, às vezes até mesmo 35 anos. As pesquisas desenvolvidas pelo IBGE no Brasil utilizaram como marco etário a faixa que vai dos 15 aos 24 anos.

² A UNESCO desenvolveu um indicador sintético do nível de desenvolvimento dos jovens em várias dimensões, ao qual denominou Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ).

³ As idéias aqui apresentadas se baseiam na palestra da antropóloga carioca, ex-Secretária Nacional Adjunta de Juventude, Regina Novaes, proferida durante seminário do Projeto Redes & Juventudes, em Gravatá-PE, em outubro do ano 2004.

combate à criminalidade as noções de medo⁴ e prazer estão muito presentes e infelizmente sustentam um olhar sobre a juventude que nega suas responsabilidades e deturpa as estratégias de garantia de direitos.

Frente a isso, é preciso afirmar a responsabilidade dos jovens sobre suas próprias escolhas e a necessidade urgente de se elaborar e pôr em prática instrumentos de proteção e garantia de direitos que assegurem oportunidades mais igualitárias para os jovens se posicionarem frente ao mundo e responderem por suas escolhas. Sabe-se muito bem, por exemplo, que o tratamento dado aos jovens usuários de drogas que habitam as periferias das grandes cidades brasileiras é muito diferente daquele que se aplica aos jovens de classe média e alta. Além de romper com a diferença de classe no enfrentamento dos problemas sociais é preciso demover os cruéis mecanismos discriminatórios ainda presentes na forma de se fazer política, educação e jornalismo no país.

Em resumo, é preciso:

- estender as redes de proteção e garantia de direitos com qualidade para toda a população (saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, mecanismos de jurisprudência, previdência social, segurança pública, etc.);
- enfrentar os problemas relativos ao uso e abuso de drogas com perspectivas diferentes das que atualmente caracterizam uma “guerra às drogas” e, segundo alguns políticos e estudiosos, tem certamente causado mais danos do que o próprio consumo dessas substâncias;
- efetivar o direito ao próprio corpo, superando mais um tabu cristão e possibilitando, por exemplo, o aborto intencional de forma confiável na rede pública de saúde.

A juventude despontou no palco da vida do século XX como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha, com instituições esclerosadas. No Brasil, pode-se afirmar que os jovens se destacaram ao questionar os padrões sociais da *belle époque*, os valores políticos, literários, musicais, o envolvimento nas guerras, o populismo carregado de uma noção de progresso e desenvolvimento da Era Vargas. Os jovens foram a vanguarda das lutas sociais no Brasil dos anos 60 e, mesmo com o destaque do novo sindicalismo a partir do final da década de 70 quando operários e trabalhadores passam a ocupar importantes postos no cenário político-administrativo nacional, os jovens mantiveram presença marcante nas grandes mobilizações como nas campanhas “Diretas Já!” e “Lula Presidente”, no “Fora Collor” e em outras tantas manifestações que levam multidões às ruas em reivindicação de mudanças. Entretanto, não é como instrumento do partido ou da política de forma mais ampla que o jovem precisa ser observado. Os principais partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), que atualmente ocupa o mais alto posto do Poder Executivo, e a sociedade em geral, têm percebido que não é somente pelo potencial de reunir multidões que se faz necessário pensar em como enfrentar os problemas que afetam

⁴ Para a antropóloga Regina Novaes, o medo é um elemento capaz de caracterizar a juventude brasileira na atualidade, independente de cor, gênero, classe, religião ou local de moradia. Segundo ela, é possível identificar de maneira geral a presença de três medos entre os jovens: medo de sobrar, onde temos a questão do desemprego e a exigência cada vez maior de qualificação profissional; medo de morrer, marcadamente pela violência urbana, seja pelas mortes por arma de fogo ou mesmo como consequência da violência do trânsito; e medo de não se conectar, o que se expressa em todo o mundo relacionado à internet ou mesmo na presença disseminada de aparelhos celulares nas camadas populares. (Conforme palestra proferida em evento promovido pelo Projeto Redes & Juventudes, em Gravatá-PE, em outubro de 2004.)

prioritariamente os jovens e fortalecer as potencialidades já instauradas no seio dessa fase da vida. Não se trata e não se aceita mais que importantes atores sociais coletivos preocupem-se apenas com a definição de táticas de convencimento da “juventude” para suas fileiras e por meio dela reproduzir a disputa pelo poder em si, pelos cargos eletivos, pelas entidades estudantis, etc. Não é de uma massa homogênea que se trata ao falar de “juventude” ou “juventudes”, mas de uma categoria social que não se define claramente em torno de uma faixa etária com limites restritos. O sociólogo Luis Antonio Groppo ajuda a explicitar essa noção:

A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. (...) Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas. (GROPPO; 2000)

A diversidade de mobilizações das décadas passadas mantém-se hoje, com destaque para os grupos juvenis que se orientam pelos princípios religiosos e artístico-culturais, notadamente revelados como maiores coletivos juvenis em recentes pesquisas acerca dos jovens no Brasil⁵. Portanto, a despeito do que se professa na mídia, os jovens estão dispostos e muitos, já participam da vida associativa e dos espaços de discussão, construção e disputa de alternativas de enfrentamento aos problemas que vivenciam. Os jovens continuam envolvidos em diversas formas de manifestação para manifestarem seus descontentamento e indignação. Questionam o espaço público e a cidadania, aproximando-se do que o professor Alexandre Barbalho denomina de “políticas da minoria de trabalho imaterial e biopolítico” (BARBALHO; 2004) em alusão a trabalhos de Foucault, Pèlbart e outros autores que se dedicaram a estudar a micropolítica, a biopolítica e a potência das minorias, dos pequenos gestos, das cotidianidades na retroalimentação da sociedade. Suas formas de manifestação se multiplicam velozmente e complexificam-se na esfera pública ao reivindicarem questões novas e não somente seguridade social, previdência e serviços públicos tradicionais, mas também reconhecimento das diferenças que os identifica enquanto sujeitos com necessidades e possibilidades próprias, específicas.

Como nos indica o sociólogo argentino Marcelo Urresti (2000) que, ao fazer um balanço histórico da participação juvenil na América Latina das últimas décadas, reforça a importância dos fatos sociais, econômicos, culturais, estéticos e outros, que ao produzem grandes diferenças, permitem identificar significados para as ações de gerações tão diferentes:

Não se tratam de atores isolados suscetíveis de comparação. Trata-se de épocas históricas que definem os conflitos de maneiras diferentes e neles, no interior de suas linhas de força, se define a posição de uma perspectiva geracional particular, situação na qual se vivencia a experiência social de maneira

⁵ Tanto a pesquisa do Projeto Juventude quanto a pesquisa “Juventude e Participação” (IBASE e Instituto Pólis) revelaram que os jovens estão bastante interessados em participar de grupos formados somente ou majoritariamente por jovens e acreditam que a partir desses grupos podem contribuir com mudanças positivas para a vida no Brasil. Segundo Projeto Juventude, 16% dos jovens participa de algum grupo juvenil. Segundo IBASE/Pólis, 30% participam. Ambas as pesquisas apontam que mais de 30% dos jovens que já participam estão envolvidos em grupos religiosos; outros mais de 20% se envolvem em grupos artístico-culturais.

diferente. Quer dizer, mais que comparar gerações tem-se que comparar sociedades em que convivem gerações diferentes. Para falarmos de forma ilustrativa, não é que hoje os jovens sejam consumistas e os dos anos sessenta sejam politizados. Nos anos sessenta era tão improvável ter-se afinidade alheias à política como hoje é o seu contrário, e isto não tem que ver só com os jovens. (URRESTI; 2000, 178)

Nos últimos anos mudaram significativamente os condicionantes sócio-econômicos, assim como mudaram os jovens e suas formas de participar da vida em sociedade, novos espaços foram criados, outros foram bastante reformulados e em paralelo tem-se construído modos realmente diferentes de fazer política entre jovens no Brasil. Nesse movimento multiplicaram-se os grupos juvenis organizados. As relações que estes grupos estabelecem, aproximam-se daquelas descritas por Leilah Landim (2002) acerca das ONGs: “formam-se como um campo de organizações, agentes, práticas, crenças e discursos, constituído por três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e, para cima, com as agências de cooperação” (p. 27). No contexto das relações estabelecidas “para cima” que se dá a relação de muitos grupos juvenis com os governos.

4.2 Arrecadação e despesas públicas: quem paga a conta? E para que(m) serve o dinheiro?

O orçamento público é formado principalmente pelos recursos decorrentes de arrecadação tributária: impostos, taxas e contribuições. No caso brasileiro, conta-se também com freqüente suplementação decorrente de empréstimos e doações externas e interna; os empréstimos estão entre os vilões dos recentes períodos de crise econômica no Brasil, alimentam a dívida externa e interna, reduzindo significativamente as possibilidades de reduzir as taxas de juros e, conseqüentemente, reduzindo as possibilidades de crescimento do país.

Podemos afirmar que o sistema tributário brasileiro é mais largamente financiado pelos trabalhadores assalariados, especialmente os de menores salários, apesar do Imposto de Renda ser calculado com base em tabela crescente de acordo com o aumento dos níveis de salário. Em famílias de pequeno rendimento, as despesas de consumo representam uma parte maior do orçamento familiar do que naquelas de maior rendimento.

Estudo realizado com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, revela que no Brasil, quem ganha até dois salários mínimos gasta 26% de sua renda no pagamento de tributos indiretos, ao passo que o peso da carga tributária para as famílias com rendimento superior a trinta salários mínimos corresponde apenas a 7%. (SALVADOR; 2007, 83)

Assim, pode-se afirmar que é “evidente que o sistema tributário brasileiro continua operando como um poderoso instrumento de concentração da renda e da riqueza no país”. (OLIVEIRA; 2006, 310).

Mas, como já assinalava George Orwell no romance “A Revolução dos Bichos”, quando se repete informações de forma orquestrada e incessante, elas se tornam verdades quase absolutas, mesmo que não tenham nenhuma sustentação na realidade, na experiência. E assim, segue-se falando que o sistema tributário dificulta o crescimento

brasileiro porque sobretaxa o emprego (em duas frentes simultâneas: empregado e empregador), segue-se falando que a carga tributária no Brasil é ruim porque é uma das maiores do mundo e não porque produz impactos maiores entre os de menores rendimentos.

Retornando a Salvador (2007), vale ainda destacar que os tributos que vêm sendo pagos por trabalhadores há muito são maiores do que aqueles pagos por empresas, especialmente as financeiras; e, mesmo alguns tributos de responsabilidade das financeiras têm sido repassados diretamente aos clientes, como o Imposto sobre Operação Financeira (IOF). Outro alerta do autor diz respeito ao congelamento da tabela de Imposto de Renda que, entre 1996 e 2001 não teve reajuste e passou a onerar o rendimento de trabalhadores cada vez menos remunerados.

O trabalho de Salvador foi escrito antes da “derrota” da CPMF no Congresso Nacional e, portanto, não aborda este problema, mas aponta algumas sugestões para o desigual e instável sistema tributário brasileiro, das quais vale destacar: revogação da redução da alíquota de 25 para 15% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; revogação da isenção de IR na distribuição de lucros e dividendos, na remessa de lucros e dividendos ao exterior e nas aplicações financeiras de investidores estrangeiros no Brasil. Além disso, o autor destaca o papel central que deve caber ao Imposto de Renda no regime tributário, posto que “... é o mais importante dos impostos diretos, capaz de garantir o caráter pessoal e a graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte (...) deve ser ampliado o número de faixas e de intervalos da tabela do IR.” (SALVADOR; 2007, 91-92). Segundo ele, quanto mais esse imposto aproxima-se da centralidade no jogo tributário, mais próximo estamos de reverter o caráter regressivo da tributação no Brasil; o IR é o imposto mais diretamente progressivo em relação à renda.

Obviamente essas medidas não resolveriam o problema orçamentário brasileiro, não permitiriam atender às crescentes demandas de investimentos e políticas sociais em um país que tem crescido de uma maneira tão desordenada e desigual quanto o Brasil. Além de uma ampla e justa reforma tributária é preciso romper com a política econômica vigente no Brasil desde a década de 1990, efetivando o controle do fluxo de capital internacional e enfrentando o problema da dívida pública que vem nos arrastando há décadas numa situação desgovernada. Apesar do aumento da arrecadação e contenção dos gastos públicos, o que compromete a ampliação da infra-estrutura e manutenção das políticas sociais, o governo brasileiro não tem conseguido atingir o superávit nominal necessário à redução da dívida pública.

O déficit (ou superávit) primário consiste no total das receitas menos as despesas não financeiras, ao passo que o déficit (ou superávit) nominal inclui as despesas financeiras. A economia brasileira nos anos 1990 e na década atual tem sido marcada por superávits primários e déficits nominais, do que resulta aqui em uma tendência de crescimento da dívida. (SICSÚ & VIDOTTO; 2007, 113)

Mesmo com este sacrifício social que vem sendo sistematicamente difundido como “esforço fiscal”, não tem sido possível parar o processo de endividamento nacional e engessamento da economia brasileira. Por isso é possível e, por que não dizer necessário, difundir orquestradamente algumas falsas informações que possibilitem ampliar os esforços/sacrifícios na tentativa de estancar o problema e começar a inverter a direção da curva da dívida pública brasileira, por exemplo, as informações sobre o déficit da previdência pública e da seguridade social no Brasil.

O sistema de seguridade social brasileiro – instrumento formalmente assegurado e regido pela Constituição Federal de 1988, compreende saúde, assistência social e previdência – vem sendo apontado como uma “bomba-relógio” que já traz um rombo superior a 40 bilhões de reais por ano ao orçamento público nacional; o que é uma falácia sustentada pelo desrespeito ao texto constitucional. Sob o princípio da universalização das políticas sociais públicas fundamenta-se uma boa parte de nossa atual Constituição Federal e a partir dele se construiu o sistema de seguridade social que temos hoje, em que é possível reconhecer: 1) Ampliação sistemática do número de benefícios concedidos em forma assemelhada à assistência social, como no caso dos trabalhadores rurais e de determinados grupos de trabalhadores urbanos que mesmo não tendo contribuído com o sistema têm a possibilidade de tornar-se seus beneficiários. 2) A cobertura de benefícios assegurada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que abrange desde idosos, enfermos e deficientes. 3) O crescimento do mercado informal de trabalho e a conseqüente ausência de contribuições previdenciárias de boa parte dos trabalhadores. Estes são alguns dos fatores – reais, diga-se de passagem – que tem sido largamente utilizados para justificar a preocupação com a tragédia anunciada que seria este sistema. Entretanto, o sistema não se alimenta solitariamente; ele prevê as contribuições de empregados e empregadores que têm sido computadas em todas as análises sobre o tema, mas prevê também:

... receitas específicas para o financiamento dessas despesas, dentro do chamado Orçamento da Seguridade Social. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL); parte da receita proveniente dos concursos de prognósticos – mega-sena, sena, loteria esportiva e outros, além da própria contribuição de empregados e empregadores são as principais fontes de receitas desse orçamento específico, criadas pela Constituinte de 1988. São despesas vinculadas estritamente às despesas da seguridade social. (PASSARINHO; 2007, 39)

O problema da previdência pública e da seguridade social assim como vem sendo apontado pela mídia, pelos governantes, pela maioria dos congressistas e por alguns intelectuais é uma falácia (PASSARINHO, 2007; MARQUES, 2007). A partir deste falso-problema justifica-se o endurecimento dos sacrifícios sociais no Brasil e impede-se a criação de novos e amplos sistemas de garantias de direitos a grupos identitários que vêm se afirmando na contemporaneidade como sujeitos de direitos específicos e de necessidades especiais, como é o caso dos jovens.

A sincronia entre o planejamento da aplicação dos recursos públicos e sua execução são condições do sucesso (SICSÚ & VIDOTTO, 2007). O papel básico de um plano é orientar as discussões e, conseqüentemente, as tomadas de decisão, levando em conta o diagnóstico da situação, a situação desejada e as dificuldades a enfrentar na busca dessa transformação. Entretanto, por longo tempo perdurou no Brasil um grande equívoco em torno dos planos de governo: o receio dos governantes perderem poder decisório. Herança dos “anos de chumbo” que recebeu um forte abalo com a redemocratização do país, as amplas discussões sobre os direitos civis e políticos e a conseqüente aprovação da chamada “Constituição Cidadã”, a Constituição Federal de 1988 (CF).

A CF de 88 trouxe importantes incrementos à nossa recente história de planejamento do orçamento público: assegurou ao Estado a missão de elaborar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); e definiu os papéis dos diferentes poderes públicos. Ao Executivo reservou a

tarefa inicial de – por meio de Projetos de Lei específicos – identificar o conjunto de diretrizes e metas que devem compor estas peças, bem como a produção do diagnóstico e a estimativa de custos e receitas para os períodos de que tratam. Estes Projetos são apreciados e ajustados junto ao Legislativo. Em seguida, retornam para sanção do Executivo, que tem ainda poder de veto. Este ciclo, chamado de ciclo orçamentário, repete-se em intervalos de quatro anos para o PPA, e em intervalos anuais para a LDO e LOA; multiplicando-se em todos os níveis da administração pública: federal, estadual e municipal. O primeiro destes instrumentos, o Plano Plurianual tem merecido destaque devido a seu poder de vinculação horizontal e vertical. Horizontal porque em cada nível da administração pública o PPA lança as bases para a execução orçamentária dos anos seguintes. Vertical porque determina para todos os poderes públicos – a partir do PPA federal – diretrizes, objetivos e metas que devem ser perseguidas por meio das ações que representem despesas para o tesouro público. Um último destaque a ressaltar é o tempo de vigência, iniciado no segundo ano de governo, o PPA orienta os quatro anos seguintes, avançando, portanto, até o primeiro ano do governo subsequente.

Conforme apresentado acima, a legislação brasileira é bastante clara quanto ao papel do planejamento para a administração pública, a CF – em seu Artigo de número 174 – afirma “... o Estado exercerá, na forma da Lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”. Entretanto, estas leis têm caráter autorizativo e não obrigatório.

Embora a responsabilidade de elaborar o Plano Plurianual caiba aos poderes públicos, é dever de um Estado democrático estimular e promover a participação popular na definição de linhas de orientação da gestão pública. Portanto, é dever do Estado democrático brasileiro realizar um processo transparente e participativo de elaboração destes planos. Entretanto, aí parece residir uma grande contradição: como tornar transparente e possibilitar a participação efetiva e consciente num processo de definição do Orçamento Público se muitas vezes nem mesmo os representantes do poder público têm conhecimento de quanto custam as ações? Este problema se agrava nas políticas sociais públicas, onde os métodos de planejamento e gestão precisam ser aprimorados e antever, por exemplo: Quanto custa alfabetizar uma criança? E um adulto? Quanto custa assentar uma família em propriedade rural e dar-lhe a assistência necessária para iniciar a produção e comercialização de bens que garantam uma vida digna? Quanto custa a redução de danos entre usuários de drogas e quanto isso reduz despesas com saúde?

Enquanto questões deste tipo não são respondidas e não ocupam o espaço público, a opinião pública deslizará sob o signo da imprudência e as consultas à população soarão como um ato leviano e de resultados inexequíveis. Segundo Marcus A. Melo (2005), essa ausência (ou assimetria) de informações tem sido um grande empecilho para a participação efetiva da população nos processos de tomada de decisão. “Os orçamentos no Brasil têm historicamente sido elaborados pelos departamentos de contabilidade dos ministérios ou secretarias de fazenda. Uma vez que tais órgãos mantinham registro dos gastos, estavam em condições de controlar o processo orçamentário” (MELO, 2005, 188).

5 Caminhos da investigação

O trabalho de pesquisa aqui relatado iniciou-se em setembro do ano 2007 com a coleta de fontes de informações, expostas adiante na seção intitulada Bibliografia. Podemos destacar os relatórios do Projeto “Dialogando” e os documentos referentes ao Plano Plurianual. Tendo se estendido até o mês de junho de 2008, quando foi realizada uma reunião de discussão e consolidação dos dados com atores que participaram dos recentes processos de consultas realizados pelo Governo do Estado junto à população, especialmente a juvenil. Dentre estas consultas, além do “Dialogando” cabe destacar as etapas municipais e a etapa estadual da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. O Estado de Pernambuco realizou, segundo informações da Gerência de Articulação da Secretaria Especial de Juventude e Emprego, 84 etapas municipais e 1 etapa estadual, que contou com a participação de aproximadamente 10.000 jovens.

Na reunião de discussão destes resultados de pesquisa, compareceram representantes de quatro macro-regiões do Estado: Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão. Também estiveram presentes alguns convidados que contribuíram na discussão sobre orçamento público e canais de participação da população na definição das diretrizes orçamentárias. Dentre os convidados que colaboraram com as discussões destaca-se a presença do Sr. André Araripe, sociólogo, colaborador da ONG Centro de Cultura Luiz Freire, co-autor da metodologia de monitoramento do orçamento criança e adolescente (OCA). A metodologia do OCA foi uma importante referência metodológica para aferição do que denominamos orçamento-juventude.

Por fim, vale ressaltar que representantes da referida Secretaria Estadual estiveram presentes e dois municípios da região metropolitana enviaram gestores públicos que trabalham com ações em benefício de jovens. Os resultados da pesquisa têm sido largamente solicitados, merecendo especial destaque a solicitação de informações da Revista “Onda Jovem” e o pedido de apresentação dos resultados em reunião do Comitê Inter-Setorial de Políticas de Juventude do Governo de Pernambuco.

No decorrer dos dois primeiros meses de investigação foi possível realizar uma revisão bibliográfica acerca do tema, reunir os documentos necessários e elaborar um plano de trabalho junto com a assessora responsável pelo acompanhamento desta investigação. Este processo inicial resultou em uma importante mudança, decidida após encontro com a assessora. Tal mudança refere-se à inversão na ordem de tratamento daquilo que estamos chamando orçamento-juventude (itens de despesa previstos no Plano Pluri-Anual que podem representar benefícios para jovens). Considerando que esta investigação propôs a participação de outros sujeitos na definição de seus rumos e na produção de seus resultados, foi imprescindível discutir os itens de despesa que compõem o orçamento-juventude antes de apurar sua presença nos PPAs a ser analisados. Por este motivo foram organizados diferentes encontros entre o pesquisador e representantes de organizações e movimentos juvenis; dentre os quais vale destacar a importante contribuição de Daniel Penalva que depois se engajou na pesquisa como co-pesquisador, bem como as contribuições de Waneska Bonfim e João Simão Neto, representantes de ONG's de Recife que atuam com fortalecimento dos movimentos populares urbanos, pesquisa e capacitação de jovens há alguns anos.

A discussão dos itens de despesa que compõem o referido orçamento-juventude foi desenvolvida nestes diferentes encontros e somente após todas estas discussões iniciamos o trabalho de identificação e mensuração destes itens no PPA 2008-2011. Os

resultados da análise deste documento foram comparados com os resultados da análise das demandas decorrentes do Projeto “Dialogando”.

A análise dos documentos advindos do “Dialogando” possibilitou identificar as principais repetições e tendências apresentadas pelos participantes dos seminários realizados no âmbito do Projeto.

Por fim, é importante registrar que a quantidade de material necessário à análise nesta pesquisa levou o pesquisador a construir uma alternativa de investigação que priorizou a sistematização dos resultados decorrentes do “Dialogando”, os estudos sobre planejamento e orçamento público, a aferição do orçamento-juventude no PPA 2008-2011 e a comparação das propostas advindas do “Dialogando” com o planejamento plurianual do referido período. Alguns dos momentos foram feitos de forma coletiva, em discussão com outros atores que atuam na área, supracitados. O PPA 2004-2007 continua sendo intenção de pesquisa, isto permitirá a comparação do orçamento-juventude do atual governo com o anterior. Mas por ora, visto que o período de pesquisa previsto pelo Coletivo Latino-Americano de Jovens Promotores de Juventude é bastante menor do que estes meses de investigação tem mostrado ser necessário para empreender tudo o que pretendíamos, apresentamos somente os resultados de aferição do orçamento-juventude no PPA 2008-2011 e a comparação com as propostas advindas do “Dialogando”.

5.1 Hierarquização das propostas do “Dialogando”

O “Relatório Global” (PERNAMBUCO; 2007d), documento produzido no âmbito do Projeto Dialogando, permite-nos fazer observações sobre a metodologia e é importante destacar pelo menos uma delas que esclarece como foi possível hierarquizar as propostas daí decorrentes. Cada um dos 12 seminários teve a duração de dois dias e a participação, em média, de 200 pessoas. Para viabilizar a interação e diálogo entre os participantes, formaram-se quatro sub-grupos em cada evento, estes trabalharam juntos durante um turno de cada dia, aproximadamente oito horas. Nos sub-grupos foram construídas as proposições e assim é possível a repetição de uma proposta até quatro vezes num mesmo evento. Segundo a orientação metodológica dos seminários, as propostas deveriam voltar-se ao fortalecimento dos potenciais ou à reversão dos problemas identificados entre os jovens. Durante as atividades, as propostas não foram hierarquizadas, tentou-se registrar todas as demandas, potencialidades e propostas surgidas no evento. O que significa dizer que também propostas que não trazem uma relação direta com a vida dos jovens foram registradas, a exemplo de “Garantir diversificação na produção agrícola para além da monocultura (cana de açúcar)” (PERNAMBUCO; 2007a, p. 38). Por fim, tem um terceiro tipo de considerações que também foram registradas: as relativas à legislação, que apontam uma demanda na direção de fazer cumprir o que está previsto na Constituição Federal ou em leis específicas.

O “Caderno de Propostas” (PERNAMBUCO; 2007a) apresenta uma numeração ao lado de algumas propostas, o que indica a quantidade de vezes que aquela proposição se repetiu no evento de uma determinada Região. Isto que permitiu hierarquizar as propostas, contabilizamos aquelas diretamente relacionadas à vida dos jovens que surgiram mais de uma vez em cada um dos eventos.

5.2 Uma metodologia de aferição do orçamento-juventude no PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco

O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de médio prazo, normatizado pelo Governo Federal, por meio de Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Com este instrumento, os entes federados planejam seus investimentos para quatro anos, com base na estimativa de receitas do período a que se referem. Trata-se de um documento de caráter autorizativo e não obrigatório. Portanto, os órgãos públicos podem não realizar ações previstas, mas não podem implementar atividades que não estejam previamente autorizadas no PPA.

No Brasil, a Constituição Federal constrange os diferentes entes federados à construção do PPA, no entanto – assim como para as demais leis orçamentárias – a CF aponta necessidade de legislação complementar que regulamente a forma de construí-lo. A referida Portaria do Ministério do Planejamento aponta diretrizes gerais para essa construção, deixando a cargo dos entes federados diversos itens relativos à forma de apresentar os resultados deste esforço de planejamento.

Dentre as orientações gerais do MPOG, afirma-se a necessidade de planejar com base em diagnóstico das condições sócio-econômicas, na definição clara de prioridades de inversão pública e na estimativa de receitas públicas para o período. Além disso, o Ministério aponta também a necessidade de identificar no PPA objetivos, metas, programas, ações e órgãos responsáveis.

Em Pernambuco, o Governo do Estado segue as orientações e nas especificidades permitidas pela normatização do tema, o Estado opta por apresentar a previsão orçamentária de acordo com os Programas. Assim, o PPA de Pernambuco não apresenta um orçamento detalhado para cada ação prevista. As ações são a menor unidade de planejamento prevista no PPA, indicam o tipo de intervenção pública a ser feita; por exemplo, como ação pode-se encontrar em um PPA a indicação de “calçamento de rua”, mas não se encontra a identificação precisa de qual rua será calçada. As ações são agrupadas em Programas, estes – por sua vez – são agrupados de acordo com o organograma do Governo Estadual. Em um Programa pode existir uma única ação ou dezenas delas. Muitos dos Programas que contam com ações que podem representar benefícios para jovens têm somente uma ação nesta condição, entretanto tomando como base de dados o PPA é impossível precisar o percentual de recursos de um determinado Programa que será destinado a uma determinada ação. Isto levou-nos a optar por considerar como orçamento-juventude todo o orçamento dos Programas que têm alguma ação em benefício de jovens, mesmo que seja somente uma dentre dezenas de ações.

Esta escolha metodológica certamente infla o que estamos tratando por orçamento-juventude, mas aponta indícios de análise sobre as prioridades do Governo em benefício de jovens. O PPA é a principal base de planejamento de médio prazo de um ente federado, por isso – mesmo considerando o risco de distorcer para cima o resultado da aferição – nos parece importante tomá-lo como referência na análise das prioridades de ação pública.

Isto posto, apresentamos as etapas percorridas para construção do orçamento-juventude:

- Leitura do PPA

Leitura completa do “Manual de Elaboração”, “Mensagem de Apresentação”, “Projeto de Lei PPA 2008-2011” e dos 3 anexos que compõem os 5 volumes que formam o PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco.

- Listagem dos Programas com ações direcionadas para juventude

Revisão – a partir do “Anexo II” – do descritório das ações. Trata-se do volume mais longo e descritivo no qual estão registradas algumas palavras que apontam uma definição para cada ação prevista. A partir do exame atento deste documento foi possível listar os Programas que têm ações que podem gerar benefícios para jovens. Nesta etapa do trabalho, construímos uma tabela para a qual transcrevemos o descritório de todas as ações dos referidos Programas. Foram considerados na aferição do orçamento-juventude os Programas que apresentam no mínimo uma ação diretamente voltada para jovens, esta identificação foi feita com base na busca de palavras como “jovem”, “jovens” ou “juventude”; as ações voltadas para o atendimento de indivíduos com a faixa etária entre 15 e 29 anos também foram consideradas.

- Classificação das Ações exclusivas e não-exclusivas

Uma segunda etapa de trabalho sobre a referida listagem que construímos, permitiu-nos classificar as ações segundo o critério de exclusividade. Dentre aquelas que podem gerar benefício para jovens, existem algumas que se voltam exclusivamente para jovens e outras que envolvem também diferentes segmentos da população; ambas foram consideradas na aferição do orçamento-juventude.

- Relação dos Órgãos que apresentaram programas para juventude

A referida listagem foi organizada de forma semelhante ao próprio PPA, separando os Programas por Órgão público ao qual aparecem vinculados.

- Orçamentação dos programas destinados para juventude

Por fim, realizamos a aferição propriamente dita do que estamos chamando de orçamento-juventude. Para tanto, precisamos examinar mais aprofundadamente o “Anexo I”, no qual são apresentados os valores previstos para cada Programa. E neste exercício de revisão do documento fomos preenchendo mais uma coluna da tabela com a listagem do orçamento-juventude no PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco. Orçamentação é o somatório de diferentes variáveis orçamentárias.

6 Resultados

6.1 Prioridades do “Dialogando”

Tendo anteriormente explicado a metodologia de priorização das propostas decorrentes do “Dialogando”, apresento diretamente aquelas que mais se destacaram:

Relativas à educação

- Melhoria da qualidade das escolas: infra-estrutura, equipamentos, remuneração dos trabalhadores da área, material didático etc.
- Ampliação do número de escolas-modelo e escolas que ofereçam atividades durante os dois turnos (escola integral), possibilitando ampliar e diversificar a grade curricular assegurando o estudo de temas, como: cidadania, sexualidade, sociologia, filosofia, antropologia, relações de gênero, violência, drogas, trabalho, associativismo e cooperativismo.
- Gratuidade da Universidade de Pernambuco (UPE).
- Ampliação e descentralização das vagas para estudantes na UPE e em seus *campi* situados no interior do Estado.
- Diversificação dos cursos de nível superior oferecidos pela UPE e demais universidades públicas no interior do Estado.
- Criação de escolas técnicas no interior.

Ao trabalho, emprego e geração de renda

- Ampliação, descentralização e interiorização dos programas de qualificação profissional.
- Maior incentivo às empresas que contratem jovens como funcionários e estagiários.
- Ampliação, descentralização e melhoria dos serviços oferecidos pela Agência do Trabalho para jovens.
- Interiorização do Programa Primeiro Emprego.
- Incentivos às associações, cooperativas formadas por jovens que produzam de acordo com os princípios da economia solidária.
- Incentivos a jovens empreendedores, interessados em criar ou ampliar seu próprio negócio.

Esporte/Lazer

- Construção e reforma de quadras poliesportivas e demais espaços que permitam a prática de esporte e lazer, notadamente no interior do Estado.
- Manutenção preventiva de praças e demais espaços de lazer.
- Incentivos à prática de esportes e programas de financiamento público das atividades desportivas.

Cultura

- Construção e reforma de espaços para apresentação artístico-cultural descentralizados e coerentes com a vocação artística das diferentes regiões.
- Manutenção preventiva de equipamentos culturais.
- Realização de festivais na capital e nas diferentes regiões do interior, contribuindo para a revelação de talentos e dinamização do mercado cultural.

Segurança

- Ampliação dos programas de medidas sócio-educativas de qualidade.
- Monitoramento do cumprimento de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a Lei.
- Re-estruturação do sistema de atenção a adolescentes em conflito com a Lei.
- Capacitação dos profissionais da área, visando humanização no tratamento com a juventude.
- Criação de Centros de Ressocialização específicos para jovens.
- Ampliação das campanhas de prevenção à violência sexual e doméstica, notadamente exploração infanto-juvenil.
- Criação de Centros de Atendimento aos jovens vítimas de violência (de todos os tipos), abuso e exploração sexual.

Autonomia e fortalecimento das juventudes

- Criação de Secretarias Municipais de Juventude nos municípios do interior.
- Criação, efetivação e manutenção de conselhos municipais de juventude.
- Incentivo à formação e atuação de grupos, fóruns, organizações e redes juvenis.
- Contingenciamento do orçamento público para ações com jovens, em nível estadual e nos municípios.

Jovens Rurais

- Criação e manutenção de escolas na zona rural, notadamente aquelas que funcionam em tempo integral.
- Criação e manutenção de equipamentos de esporte, lazer e cultura na zona rural.
- Incentivo, apoio técnico e acompanhamento aos jovens nas atividades agropecuárias.

Transportes

- Gratuidade e qualidade do transporte para os estudantes dos diversos níveis educacionais (passe livre na Região Metropolitana e “fim do pau-de-arara” no interior).
- Meia passagem intermunicipal para estudantes.

Jovens com deficiência

- Capacitação de professores para o atendimento deste público.
- Inclusão na grade curricular das escolas do ensino de Braille e LIBRAS.

Drogas

- Criar Centros de Tratamento e Recuperação específicos para jovens toxicômanos e para assistência psico-social às suas famílias.

Saúde

- Criação de equipamentos específicos nas unidades de atendimento à saúde e capacitação dos profissionais da área para atendimento aos jovens.
- Ampliação das campanhas de prevenção às DSTs, AIDS e drogadição.

Estas muitas propostas revelam que os jovens sabem o que querem e como querem, que têm muito a falar sobre aquilo que vivem e sobre as faltas que experimentam; o que justifica a elevada superioridade de propostas e a riqueza de detalhes das sugestões relativas à educação, trabalho, cultura, esporte, lazer e violência. São notadamente estas as áreas que alcançam o maior número de propostas no Projeto Dialogando e a realização deste projeto coaduna-se com os interesses do Governo de Pernambuco que, como apresentado no “Manual para Elaboração do PPA 2008-2011”, espera planejar neste período programas integrados de ações que permitam “*Solucionar um problema ou atender as necessidades e demandas da sociedade*, por meio de um conjunto articulado de Projetos, Atividades e Metas que assegurem a concretização dos objetivos.” (PERNAMBUCO; 2007b, p. 9).

6.2 Orçamento-juventude no PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco

Inicialmente vale ressaltar que apesar da participação popular e transparência aparecerem dentre os princípios do novo governo pernambucano, um importante documento como o Plano Plurianual não é distribuído entre os populares e suas organizações. De forma que sua consulta fica restrita ao ambiente digital e quem quiser ou precisar manusear este documento em versão impressa precisa arcar com os custos de impressão – como nesta investigação – ou peregrinar em órgãos públicos em busca de acesso aos documentos. Em meio às diversas tentativas de aquisição de um exemplar dos volumes que formam o PPA, deparamo-nos com as declarações de um gestor público que se desculpa de não poder nos dar uma cópia porque o Governo imprimiu somente mil. Destas mil cópias, ao longo dos mais de oito meses de pesquisa, encontramos somente uma em organização da sociedade civil.

Em Pernambuco, o PPA 2008-2011 é também conhecido como “Todos por Pernambuco”, em alusão ao processo de consulta à população sobre as prioridades para o novo Governo. Uma das consultas populares realizadas pela administração pública foi intitulada “Todos por Pernambuco”. Realizada pela Secretaria Estadual de Planejamento no mês de abril de 2007, a empreitada correspondeu a cinco seminários com duração de um dia, um seminário em cada macro-região do Estado, todos marcados pela presença do Governador Eduardo Campos. Esta foi a iniciativa de consulta popular mais difundida na mídia local e referendada nos discursos governamentais.

O referido PPA é composto por 5 partes, quais sejam:

- Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa apresentando o Projeto de Lei do Plano Plurianual. Este texto apresenta as principais metas do PPA, o conteúdo dos demais volumes e dá ênfase ao processo de consulta popular sobre as prioridades do Estado, apontando a participação de mais de 7000 pessoas neste processo.

- Projeto de Lei. Como uma síntese dos vários volumes que formam o PPA o documento intitulado Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2008-2011, este texto apresenta, “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras dela decorrentes” (PERNAMBUCO, 2007c: 1). Neste documento se explica o significado empregado nos anexos ao se referir a “diretrizes”, “programas” e “ações”; aos quais já fizemos referência. Aponta-se também a natureza distinta de algumas ações e programas, donde destacamos a diferença entre “programa finalístico” e “programa de apoio às políticas públicas”. Este se refere ao conjunto de ações de apoio à administração pública, quer sejam planejamento, coordenação, avaliação e controle de qualquer tipo dos programas finalísticos. O sentido do termo finalístico neste caso se refere especificamente ao conjunto de ações que geram bens ou serviços para a sociedade. Por fim, este texto indica o que pode se esperar no conteúdo dos anexos.

- ANEXO I – Composto de: a) diagnóstico da realidade encontrada; b) orientação estratégica do Governo; c) Modelo de Gestão Democrático e Regionalizado; d) Relatório de Estimativa de Custos dos Programas, segundo órgão executor para o período 2008; e d) Relatório de Estimativa de Custos dos Programas, segundo órgão executor para o período 2009-2011. Uma breve Apresentação situa o Estado de Pernambuco no panorama mundial, destacando o desequilíbrio populacional entre as diferentes regiões do próprio Estado, do Brasil e do mundo; bem como enfatizando a necessidade de enfrentar as causas das desigualdades sociais. Este texto apresenta diversos comparativos de Pernambuco com outros Estados; e no interior do Estado enfatiza a discrepância econômica e social entre as 12 regiões de desenvolvimento. Após essa contextualização, dá-se início às diretrizes gerais e principais ações que o Governo pretende realizar nos quatro anos de vigência do PPA. O Anexo I expõe ainda os fundamentos que nortearam a elaboração dos Programas e Ações contidos no PPA, as prioridades que o Governo decidiu elencar diante da grande demanda por atuação governamental e o modelo de gestão a ser seguido. Por fim, o Anexo I expõe um Relatório de Estimativa dos Custos dos Programas para o período de 2008-2011.

- ANEXO II – trecho do documento em que são expostos relatórios dos Programas, Ações, Produtos e Metas de cada Órgão Executor. Estes dados são apresentados em dois blocos, o primeiro se refere ao período 2008 e o segundo trata do período que vai de 2009 a 2011;

- ANEXO III – apresenta a estratégia de atuação da administração pública nas 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, com detalhamento da estrutura programática dividida entre as regiões. Estes dados são apresentados, de acordo com os órgãos executores. Vale ainda destacar que neste documento está pormenorizada a visão estratégica do Governo sobre as diferentes regiões.

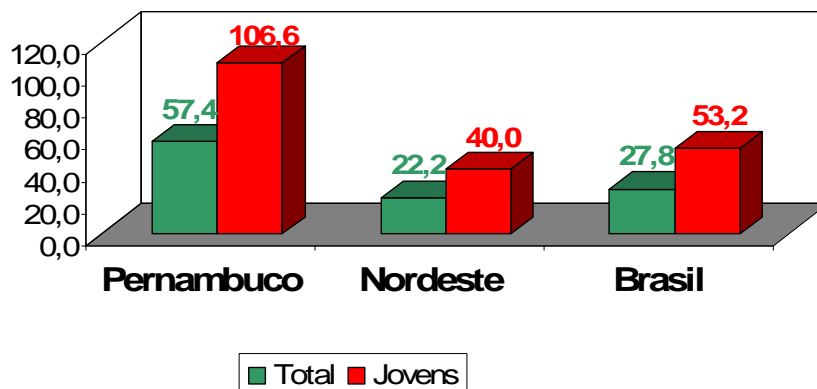
- **Orçamento para Jovens**

-

De forma geral, o PPA aponta preocupação com a juventude, o que fica evidenciado em diferentes trechos. No Anexo I, página 14, a violência entre os jovens é

motivo de destaque, um gráfico indica a taxa média de mortalidade por homicídios da população total e dos jovens no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.

**TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS DA POPULAÇÃO
TOTAL E DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS
2000-2004**



Fonte: PPA 2008-2011

Na página 17 do mesmo Anexo I, a população jovem é mais uma vez citada como prioridade, sendo o segmento juvenil masculino apontado como aquele que encontra-se sob maior risco de morrer violentamente.

No anexo II, aparecem os Programas e Ações voltados à população considerada jovem que, para efeito desta investigação significa dizer que são os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. Assim, onde aparece indicado como beneficiário a população adolescente também consideramos a ação como passível de benefícios aos jovens, posto que há uma intersecção entre a faixa etária considerada jovem e aquela considerada adolescente⁶. Neste Anexo também pode-se notar a criação da Secretaria Especial de Juventude e Emprego, novidade institucional que demonstra alguma inclinação deste Governo para este segmento.

O Anexo II é dividido entre os orçamentos para o ano de 2008 e do período de 2009 a 2011. O descritório das ações não se altera e dentre as ações de todos os órgãos é possível localizar as seguintes ações para jovens.

PODER LEGISLATIVO

- **Assembléia Legislativa** (p.01)
- **Tribuna de Contas** (p.05)

⁶ A legislação brasileira e das ciências sociais não determinam claramente os limites entre essas fases da vida. No fim das contas, sabe-se que a vida é assim mesmo: cheia de dúvidas! Mas, para efeito de conceituação deste interstício entre adolescência e juventude, tem sido muito útil o conceito de "jovens adolescentes" defendido pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Juventude para designar a parcela da população com idade entre 15 e 18 anos (BRASIL, 2005 & BRASIL, 2006).

Não há ação direta em benefício da juventude no âmbito do Poder Legislativo. Em sua maioria, as ações destes dois órgãos tratam-se de apoio, controle administrativo e capacitação de gestores, servidores públicos e cidadãos.

PODER JUDICIÁRIO

- **Tribunal de Justiça** (p.09)

Também não aponta ações específicas para jovens, sendo a melhoria da estrutura e do serviço prestado os principais itens orçados.

PODER EXECUTIVO

No âmbito do Poder Executivo concentram-se as ações em benefício de jovens, previstas no PPA 2008-2011 sob a responsabilidade dos Poderes Públicos do Estado de Pernambuco. Distribuídas em diferentes órgãos, apresentamos adiante a listagem de órgãos governamentais e um breve comentário sobre as ações e Programas sob sua responsabilidade, destacamos aqueles órgãos que apontam um conjunto maior de ações explicitamente direcionadas a jovens. Ao final dessa listagem, apresentamos duas tabelas e um gráfico que têm a missão de sintetizar estas informações.

- **Governadoria do Estado**

Gabinete do Governador (p.11)

No Programa “Gestão da Política de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher, do Cidadão e da Paz” existem ações de atividades e manutenção de conselhos desses segmentos, que estão relacionados com a juventude, mas não de forma direta.

Gabinete do Vice Governador (p.20)

Indica apenas assessoria ao Governador.

Secretaria Especial da Casa Militar (p.22)

A única relação com a juventude seria a defesa do cidadão, mas não caracteriza uma ação direta para este segmento.

Secretaria Especial de Juventude e Emprego (p.25)

Todos os programas têm relação com juventude, porém em níveis distintos. No Programa “Agência do Trabalho”, ações como “seguro-desemprego”, “qualificação profissional”, “incentivo ao microcrédito e à economia solidária” são mais genéricas, enquanto o “Emprego Jovem/Primeiro Emprego” tem uma relação direta com a juventude. O Programa “Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda” não apresenta ação direta para jovens, enquanto no Programa “Gestão da Política de Ação da SEJE” todas as ações têm uma relação com a juventude, porém não de caráter exclusivo. O Programa “Apoio Administrativo às Ações da SEJE” e o “Sistema Estadual de Informática do Governo” tratam da estrutura física e gerencial da Secretaria, sendo consideradas suas ações como de relação não-exclusiva com os jovens.

Secretaria Especial dos Esportes (p.30)

Vários programas têm em suas ações um corte para a juventude, pois os esportes são uma prática freqüente entre os jovens. Todavia não é notado algo específico para juventude, assim como não há para nenhum outro segmento. A ação “Promoção do Esporte Comunitário para a Inclusão Social”, por exemplo, tem como finalidade “apoiar

e divulgar eventos promovidos pelas diversas entidades esportivas e incentivar a população, nas várias faixas etárias, à prática dos esportes”.

Fundo de Aval para Estímulo à Concessão de Microcrédito - FUNAVAL (p.34)

Possui apenas um Programa de apoio ao microcrédito, não é direcionado para a juventude.

Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (p.35)

No Programa “Apoio às Ações de Promoção/Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente”, todas as ações têm implicação direta na juventude, como a realização de eventos, campanhas e medidas sócio-educativas.

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados ao Estado de PE - ARPE (p.37)

Não há relação direta com a juventude. Os principais programas são ligados à Gestão de Ação, Fiscalização e Regulação da ARPE.

- **Secretaria de Administração** (p.40)

Não há ações voltadas especificamente para a juventude. Em geral são atividades de planejamento, atendimento ao público e atividades burocráticas do governo.

- **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos** (p.62)

Administração Direta (p.62)

Na administração direta desta Secretaria há Programas como “Gestão de Política de Ressocialização da População Carcerária” e “Gerenciamento e Melhoria Operacional do Sistema Prisional” que atingem a juventude, posto que estima-se que 75% da população carcerária é jovem, mas não se aponta diretamente estes segmento. Assim também observa-se com os programas voltados para as pessoas com deficiência, como “Acessibilidade Universal Como Inclusão da Pessoa com Deficiência” e “Articulação e Promoção de Políticas Públicas de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no Âmbito Estadual”. No Programa “Direitos do Cidadão Consumidor”, a ação “Realização de Palestras Educativas nas Escolas Públicas e Privadas para a Formação de Novos Consumidores” tem um viés mais voltado ao jovem, assim como o Programa “Execução da Política Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos”, no qual existem duas ações que envolvem jovens, quais sejam a “Ampliação e Fortalecimento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência” e a “Implantação do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte”. No Programa “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido”, o objetivo é assegurar a sobrevivência, crescimento e desenvolvimento com cidadania e sem violência. A ação desse Programa é “Apoio Institucional ao Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido” e “Selo UNICEF Município Aprovado”.

Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (p.79)

No FEAS, também da SDDSDH observamos apenas uma ação relacionada com a juventude. Trata-se do Programa “Gestão do Sistema Único de Assistência Social-SUAS”, onde está presente a ação “Atendimento às Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Pessoal e Social”, que atua diretamente sobre a juventude. Há também ações como a “Implantação e Implementação de Centros de Referência Regionalizado e Especializado da Assistência Social” que atinge não-exclusivamente este público.

Fundo de Desenvolvimento, Justiça e Segurança – FDJS (p.82)

Não há programas para a juventude.

Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM-PE (p.83)

No há programas para a juventude.

Fundo de Produção Penitenciária – FPP (p.88)

No há programas para a juventude.

Fundação da Criança e do Adolescente-FUNDAC (p.89)

Na FUNDAC todos os programas são voltados para a juventude, exceto o “Sistema Estadual de Informática de Governo”. Destacam-se: o “Programa de Acolhimento Institucional”, o “Programa Sócioeducativo”, o “Apoio Administrativo às Ações da FUNDAC” e “Gestão da Política de Ação da FUNDAC”.

- Secretaria de Educação (p.94)

Administração Direta (p.94)

Nesta Secretaria estão vinculados diversos Programas que incluem ações destinadas aos jovens. Porém apenas os Programas “Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco – PROESCOLA”, “Ordenamento e Modernização da Rede Escolar”, “Acesso à educação Básica de Qualidade”, “Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar”, “Educação em Direitos Humanos”, “Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”, “Valorização dos Profissionais da Educação” e “Gestão Política de Ação da Secretaria de Educação” são considerados como sendo de juventude, visto que são a grande parcela dos beneficiados das ações. Desta forma, percebemos que grande parte dos programas com intervenção direta para os jovens, tanto em termos de número de ações quanto em valores destinados, está concentrado nesta secretaria, e em específico, na administração direta.

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE (p.107)

O Programa “Consolidação e Regionalização da Política Cultural do Estado” apresenta duas ações diretas para a juventude. Os demais programas são atividades de turismo e cultura que não estão diretamente relacionadas com a juventude.

- Secretaria da Fazenda (p.113)

Não há Programas voltados para a juventude, em geral são melhorias na gestão financeira, tributária e fiscal do governo.

- Secretaria da Casa Civil (p.120)

Também não foi identificado nenhum Programa/ação direcionado à juventude. Programas nas áreas de apoio administrativo à Casa Civil, promoção da divulgação oficial do Governo do Estado e apoio à Companhia Editora de Pernambuco – CEPE compõem a secretaria.

- Secretaria de Transportes (p.125)

Infra-estrutura como duplicações de estradas, pavimentação das vias, reestruturação do Sistema Intermunicipal de Transporte de Passageiros e educação para o trânsito.

- Secretaria de Turismo (p.137)

Ações ligadas ao turismo sem especificação para a juventude.

- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (p.150)

Fazem parte programas como “Convivência com o semi-árido”, “apoio à produção vegetal e animal” e “agricultura familiar”, porém nenhum específico para juventude.

- **Secretaria de Saúde** (p.163)

Na área de saúde, com certeza uma boa parcela do orçamento se destina para a juventude, porém apenas uma ação é direcionada para esse fim.

Administração Direta (p.163)

Apresenta apenas um programa de “Gestão da política de saúde” e outro de “apoio administrativo à Secretaria de Saúde”, não havendo nenhum direcionado à juventude.

Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE (p.164) Atua na realização de procedimentos hemoterápicos, atendimento a pacientes hematológicos, entre outras atividades gerais não direcionadas para a juventude.

Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco S/A - LAFEPE (p.169)

Trabalha na produção e comercialização de medicamentos, o que não caracteriza uma ação direta para a juventude.

Fundo Estadual de Saúde – FES-PE (p.170)

Diversas ações têm uma repercussão na juventude, como a “implantação das ações de prevenção das violências e promoção da saúde em Pernambuco / Pacto pela vida”; “assistência à saúde nas unidades prisionais (ups)”; e o “controle, prevenção assistência e vigilância epidemiológica das DSTs/HIV/AIDS, hepatites virais, HTLV e sífilis congênita”. Porém a “atenção integral à saúde do jovem e do adolescente” se apresenta como a única ação direta para a juventude.

- **Secretaria de Recursos Hídricos** (p.187)

Administração Direta (p.187)

Atividades de universalização do saneamento, ampliação da infra-estrutura, entre outras ações que não são direcionadas para juventude.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA (p.197)

Programas relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, não apresentando ações direcionadas à juventude.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO) (p.203)

Desenvolve ações de recursos hídricos gerais.

- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico**

Administração Direta (p.187)

Ações estruturadoras, de desenvolvimento urbano e outras que não diretamente relacionadas com a juventude.

Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER (p.211)

Nesse Órgão estão programas de “interiorização do desenvolvimento econômico”, “fomento ao desenvolvimento e à competitividade”, entre outros não específicos de juventude.

Companhia Pernambucana de Gás – Copergás (p.215)

Apresenta programas de “Expansão e interiorização do gás natural”, entre outros não voltados para a juventude.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (p.216)

"Consolidação da infra-estrutura e dos negócios de SUAPE", sem vínculos específicos com a juventude.

Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE (p.220)

A principal atividade desenvolvida é o registro e o controle do cadastro de empresas do Estado, não obtendo nenhuma ação voltada à juventude.

Porto do Recife S/A (p.223)

Programas de infra-estrutura portuária e desenvolvimento do turismo, sem ligações com a juventude.

- Encargos Gerais do Estado (p.227)

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Administração – Administração Direta (p.227)

Não apresenta ações direcionadas para a juventude, apenas encargos administrativos do Estado.

Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda – Administração Direta (p.231)

Não apresenta ações direcionadas para a juventude, apenas encargos financeiros do Estado.

- Secretaria de Planejamento e Gestão (p.232)

Administração Direta (p.232)

Em geral são programas que atingem a juventude em certo nível, como os programas de desenvolvimento rural, da zona da mata e de planejamento governamental. Uma atuação mais próxima à juventude está a ação de “apoio à educação do PROMATA”, cuja finalidade é, dentre outras, a melhoria didático-pedagógica das escolas rurais, as quais são destinadas para jovens e adultos, produtores rurais e micro-empresários, porém não é considerada como uma ação direta para a juventude. Em uma atuação claramente voltada para a juventude está o Programa “Chapéu de Palha”, que trabalha com os desempregados da entressafra da cana-de-açúcar e apresenta uma ação de “apoio às ações de qualificação de jovens de 18 a 24 anos”, que visa proporcionar maiores oportunidades de ingresso dos jovens no mercado de trabalho, constituindo uma das duas únicas ações diretas e exclusivas encontradas nesta pesquisa.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE / FIDEM (p.247)

“Combate à pobreza”, “gestão do uso e ocupação do solo”, “fortalecimento da produção de informações, estudos e pesquisas” são alguns dos programas desse órgão. Não há ações específicas de juventude.

Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM (p.254)

Programas de infra-estrutura em áreas de baixa renda, “viva o morro” entre outros.

- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (p.256)

Administração Direta (p.256)

Apresenta programas nas áreas de ciência como “Divulgação científica e apoio ao ensino de ciências”, na área de tecnologia, como o “Desenvolvimento e difusão de tecnologias de comunicação” e para o meio ambiente, como “Revitalização do Parque Dois Irmãos” e o “Plano Estratégico Ambiental de Pernambuco”. Não apresenta ação voltada para a juventude.

Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE (p.265)

Programas voltados principalmente ao apoio à pesquisa e à inovação tecnológica, não havendo ações direcionadas para a juventude.

Distrito Estadual de Fernando de Noronha (p.268)

Os programas atuam nas áreas do desenvolvimento do turismo, da infra-estrutura, da educação, assistência social e saúde. Na área de educação, existem ações específicas para o ensino fundamental, médio e profissionalizante, porém nenhuma considerada exclusivamente voltada para a juventude.

Universidade de Pernambuco UPE (p.275)

Programas como “Promoção da Saúde” e “Apoio Administrativo às Ações da Universidade de Pernambuco” são mais genéricos, enquanto os de conservação e ampliação das unidades de ensino, promoção do ensino superior, de pesquisa e extensão universitária e da educação básica têm uma relação mais voltada para a juventude, já que é esse o público principal desses programas.

Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH (p.280)

Desenvolvimento do turismo, conservação e preservação dos recursos naturais entre outros programas abordam a população geral, não havendo nada específico de juventude.

- Ministério Público (p.286)

Procuradoria Geral de Justiça – Administração Direta (p.286)

Não há programas ou ações específicos de juventude, em geral são programas de promoção e defesa da cidadania e ações do MP.

- Procuradoria Geral do Estado (p.288)

Procuradoria Geral do Estado (p.288)

Programas de aperfeiçoamento da procuradoria e defesa do Estado e órgãos da administração direta e indireta. Não há ações voltadas para a juventude.

Fundo Especial de Sucumbência Processual do Estado de Pernambuco (p.291)

Não há ações voltadas para a juventude.

- Secretaria das Cidades (p.293)

Secretaria das Cidades – Administração Direta (p.293)

Programas de tratamento de resíduos sólidos, apoio ao desenvolvimento urbano dos municípios entre outros que não atuam diretamente com a juventude.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU / Recife (p.298)

Em geral são ações de melhoria e modernização do sistema de transporte urbano. Nada direcionado para a juventude.

Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB (p.303)

Nesse órgão alocam-se o “PROMETRÓPOLE” e programas de habitação para população de baixa renda, entre outros. Não há ações voltadas especificamente para a juventude

Fundo Estadual de Habitação – FEHAB (p.308)

Só apresenta o Programa “Gestão da Política Estadual de Habitação”, que não direciona ações para jovens de forma específica.

Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS (p.309)

Trata da melhoria operacional e expansão do sistema metroviário. Não há ações voltadas para a juventude.

Departamento Estadual de Trânsito – Detran-PE (p.311)

Os programas de descentralização das atividades, educação para o trânsito, modernização do sistema de fiscalização são os principais. Não há ações voltadas para a juventude

- Secretaria de Defesa Social (p. 316)

Secretaria de Defesa Social – Administração Direta (p. 316)

Dentre as ações desse órgão, identificamos duas que são diretamente relacionadas com a juventude, quais sejam: “Fortalecimento do policiamento preventivo nas escolas” e “Recepção e assistência à criança e ao adolescente em situação de risco”.

Assim, chegamos aos seguintes resultados de previsão orçamentária em benefício de jovens:

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS COM PROGRAMAS DE JUVENTUDE

SECRETARIA	ÓRGÃO VINCULADO	PROGRAMA	VALOR (em R\$1,00)
Governadoria do Estado	Gabinete do Governador - Administração Direta	Gestão da Política de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Cidadão, da Mulher e da Paz	29.311.000,00
	Secretaria Especial de Juventude e Emprego	Agência do Trabalho	110.554.760,00
		Gestão da Política de Ação da Secretaria Especial de Juventude e Emprego	2.152.040,00
		Apoio Administrativo às ações da Secretaria Especial de Juventude e Emprego	12.237.440,00
	Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Apoio às Ações de Promoção/Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente	2.890.000,00
SUBTOTAL			157.145.240,00

Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	Administração Direta	Direitos do Cidadão Consumidor	5.846.950,00
		Execução da Política Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	14.304.900,00
		Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido	10.000,00
	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	Gestão do Sistema Único de Assistência Social-SUAS	28.367.600,00
	Fundação da Criança e do Adolescente-FUNDAC	Programa de Acolhimento Institucional-FUNDAC	60.401.400,00
		Programa SócioEducativo-FUNDAC	164.385.400,00
		Apoio Administrativo às Ações da FUNDAC	113.331.700,00
		Gestão da Política de Ação da FUNDAC	3.692.600,00
SUBTOTAL			384.493.600,00

Secretaria de Educação	Administração Direta	Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco - PROESCOLA	244.922.200,00
		Ordenamento e Modernização da Rede Escolar	921.357.900,00
		Acesso à Educação Básica de Qualidade	2.014.100.800,00
		Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar	113.891.100,00
		Educação em Direitos Humanos	56.584.700,00
		Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	28.155.700,00
		Valorização dos Profissionais da Educação	21.989.900,00
		Gestão Política de Ação da Secretaria de Educação	35.407.500,00
	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE	Consolidação e Regionalização da Política Cultural do Estado	6.848.000,00
SUBTOTAL			3.443.257.800,00

Secretaria de Saúde	Fundo Estadual de Saúde – FES-PE	Fortalecimento da Atenção Primária	153.103.300,00
SUBTOTAL			153.103.300,00

Secretaria de Planejamento e Gestão	Administração Direta	Chapéu de Palha	87.461.300,00
SUBTOTAL			87.461.300,00

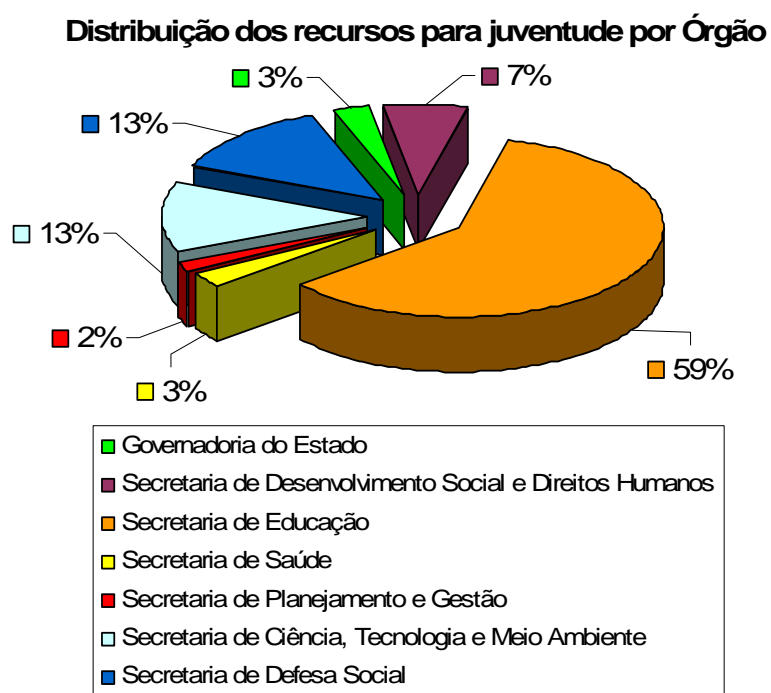
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	Universidade de Pernambuco - UPE	Conservação e Ampliação das Unidades de Ensino e de Saúde da Universidade de Pernambuco	40.922.100,00
		Promoção do Ensino Superior	471.204.300,00
		Desenvolvimento de Pesquisa e Extensão Universitária	17.240.200,00
		Promoção da Educação Básica	11.214.300,00
		Gestão da Política de Ação da Universidade de Pernambuco	5.242.800,00
SUBTOTAL			720.746.300,00

Secretaria de Defesa Social	Administração Direta	Consolidação e Ampliação das Ações Preventivas e Comunitárias da SDS	13.674.900,00
		Dinamização do Policiamento Civil e Especializado	747.732.700,00
SUBTOTAL			761.407.600,00

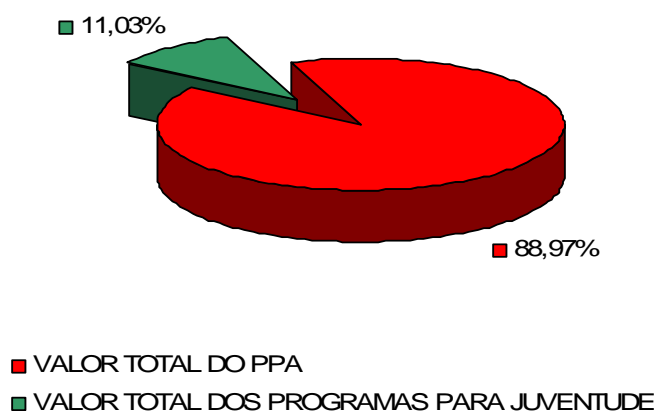
Em síntese, o orçamento-juventude em Pernambuco para o período 2008 - 2011 é da ordem de R\$ 5.707.615.140,00 (cinco bilhões setecentos e sete milhões seiscentos e quinze mil cento e quarenta reais), assim distribuídos por órgão executor:

SECRETARIAS	VALOR (em R\$1,00)
Governadoria do Estado	157.145.240,00
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	384.493.600,00
Secretaria de Educação	3.443.257.800,00
Secretaria de Saúde	153.103.300,00
Secretaria de Planejamento e Gestão	87.461.300,00
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	720.746.300,00
Secretaria de Defesa Social	761.407.600,00
TOTAL GERAL	5.707.615.140,00

Esta distribuição dos recursos por órgão do Governo é melhor visualizada no gráfico a seguir:



Por fim, vale dizer que, considerando a referida metodologia de aferição, a “fatia” do orçamento-juventude no “bolo” do orçamento de Pernambuco é igual a 11,03% do total orçamentário previsto para o período, conforme demonstra o próximo gráfico.



Entretanto, apesar dessa significativa previsão orçamentária os itens que apresentam orçamentos mais volumosos não correspondem à ordem de prioridades das demandas juvenis, como poderemos conferir adiante nas “considerações finais”.

7 Considerações finais: Relações entre as demandas juvenis decorrentes do “Dialogando” e o orçamento-juventude no PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco

As propostas mais citadas no Projeto “Dialogando” foram aquelas relacionadas com educação, trabalho, cultura, esporte, lazer e promoção da segurança. Enquanto, dentre as prioridades apontadas pelo orçamento-juventude no PPA 2008-2011 o que se destaca são ações com vistas à educação, promoção da segurança e, em seguida, de forma residual (reunindo aproximadamente 10% do orçamento apurado) aparecem ações relacionadas com trabalho, cultura, lazer e defesa de direitos.

As despesas com Educação compõem a maior parte do orçamento-juventude, mesmo depois de subtrair os recursos aprovacionados para o Programa FUNDARPE (voltado à promoção e difusão de ações de arte e cultura). Somados os recursos apurados na Secretaria de Educação com aqueles da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (responsável pela Universidade de Pernambuco), o resultado aponta que aproximadamente 70% do “orçamento-juventude” neste caso se refere à educação. Em 2º lugar, aparecem ações que visam à promoção da segurança, sendo 13% apurados junto à Secretaria de Defesa Social; e 7% na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (à qual está ligada a FUNDAC⁷).

Em seguida, destacam-se de forma residual ações para formação e intermediação de trabalho; promoção e difusão de artes, cultura e lazer; por fim, aparecem também ações genéricas em programas relacionados com a defesa de direitos. Alocadas na Governadoria (Secretaria Especial de Juventude e Emprego e no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente) e na Secretaria de Educação (FUNDARPE⁸), a posição destas ações representam a grande contradição das atuais prioridades orçamentárias frente às demandas juvenis, enquanto ações deste tipo aparecem no meio da lista de prioridades, o orçamento público estadual reserva-lhe os últimos lugares.

Assim, pode-se afirmar que a alocação de recursos no PPA 2008-2011 – apesar de prever a aplicação de significativo volume financeiro em benefício de jovens – não

⁷ Fundação da Criança e do Adolescente, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, do Estado de Pernambuco. Tem por missão a promoção, no âmbito estadual, da “política de atendimento à criança e ao adolescente abandonado na forma da Lei, bem como aos envolvidos e aos autores de ato infracional, visando a sua proteção integral e a garantia dos seus direitos fundamentais, através de ações articuladas com outras instituições públicas e a sociedade civil organizada, nos termos do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990”. Disponível em: http://200.238.107.167/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1244.54, acesso em 19 de maio de 2008.

⁸ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação, do Estado de Pernambuco. Tem por missão a promoção, no âmbito estadual, a execução da política de formação e estímulo à prática dos fazeres artísticos e culturais, bem como a conservação do patrimônio histórico e artístico do Estado. Trata-se de um órgão relativamente antigo na estrutura administrativa de Pernambuco, sua criação precede a instalação da Secretaria Estadual de Cultura e com o advento desta nova Secretaria optou-se por manter a FUNDARPE vinculada à pasta de Educação.

reflete a ordem de prioridades apresentada pelos participantes do Projeto “Dialogando”. Com exceção da educação (item de despesa para o qual os entes federados são constrangidos por lei a empregar um percentual de suas receitas), as demais ações para jovens encontradas no PPA 2008-2011 seguem um ordenamento bastante diferente daquele demandado pelos próprios jovens na maioria das pesquisas acerca do tema (inclusive na pesquisa do próprio Governo Estadual, realizada durante o Projeto “Dialogando”).

Além disso, é importante destacar que o PPA de Pernambuco não apresenta um orçamento detalhado para cada ação prevista, o que impossibilita precisar o percentual de recursos de um determinado Programa que será destinado a uma determinada ação. Como dissemos anteriormente, isto levou-nos a optar por considerar como orçamento-juventude todo o orçamento dos Programas que têm alguma ação que possa representar benefício para jovens, mesmo que seja somente uma dentre dezenas de ações. O que, sem dúvida, elevou bastante o que estamos tratando por orçamento-juventude, mas mesmo assim a análise destes itens de despesa previstos no PPA aponta importantes indícios sobre as prioridades do Governo.

Por ser a principal base de planejamento de médio prazo de um ente federado, parece-nos importante instrumento de investigação sobre a ação do Estado em benefício da sociedade e uma boa ferramenta para o controle social da ação pública. Mesmo considerando o risco de distorcer para cima o resultado da aferição, parece-nos importante tomar este instrumento como referência na análise das prioridades de ação pública. Assim, esta pesquisa aponta a fragilidade do PPA no que diz respeito à transparência e diálogo do Poder Público com a sociedade.

A importância do estudo em questão é lançar luzes sobre o tema do orçamento público e da participação juvenil na gestão pública, em outras palavras o foco da investigação está entorno da inserção de jovens no espaço público pernambucano. A continuidade do estudo, a produção de uma série histórica de comparações de PPA e conjuntura política está entre os interesses de futuro para o autor. Mas, desde já, é possível alertar para alguns riscos, dentre os quais destacamos o risco da ingovernabilidade da política de juventude no Estado. Convidados a participar, a registrar suas opiniões sobre os mais diversos assuntos, os jovens alimentam expectativas de verem concretizados seus anseios, suas demandas frente ao Poder Público que os convida para este cenário. Caso estas demandas não sejam, em boa medida, respondidas há um forte risco de produzir o efeito contrário de “desmobilização” ou de revolta frente ao governo. Assim, a governabilidade, no sentido em que se apresenta na obra de Reis (2007), fica ameaçada. Ora, segundo Reis, “a capacidade governativa só interessa na medida em que se ligue com o desafio de criar governabilidade no sentido próprio: o de criar a *sociedade* que seja governável por boas razões, vale dizer, aquela em que os diferentes interesses e correntes de opinião reconheçam no Estado, em grau significativo, o agente de todos” (REIS, 2007: 475).

No caso em questão, se o Governo não esclarece seus limites durante os momentos de diálogo e interação com a sociedade, os atores sociais tendem a acreditar que todas as demandas possam ser atendidas. De forma que a não-concretização das

demandas representa um grande risco de criar uma situação ingovernável de desconfiança em seus representantes e nos gestores públicos. Os necessários esclarecimentos não se produzem em encontros e diálogos pontuais ou assistemáticos, mas sim na interação constante entre a população e seus representantes. Apesar de o Projeto “Dialogando” emergir no cenário de discussões das políticas públicas de juventude do Estado como uma importante forma de ampliar e qualificar a discussão com a sociedade civil sobre o tema, o que se depreende desta investigação é que as demandas decorrentes deste processo foram pouco incorporadas ao planejamento orçamentário de Pernambuco.

Somente oito meses após a finalização do “Dialogando”, o Governo de Pernambuco organizou um novo momento de discussão das políticas de juventude, mobilizando a sociedade civil para participar da etapa estadual da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Os relatórios decorrentes do projeto “Dialogando” não foram publicados, sequer em meios eletrônicos. De forma que o acesso aos resultados sistematizados das discussões só foi possível àqueles que procuraram a Secretaria Estadual que organizou o evento. Não foi divulgada por parte do Governo a hierarquização das demandas decorrentes deste processo; o que certamente contribui para afirmarmos que as demandas decorrentes do diálogo com a sociedade civil não foram incorporadas ao planejamento orçamentário do Estado.

Os movimentos sociais, por sua vez, apesar de terem organizado, em diferentes ocasiões, discussões com representantes do Governo não têm pautado a discussão do orçamento público. De forma que no período analisado não foi possível identificar nenhuma discussão com a sociedade civil sobre os investimentos do Estado em benefício de jovens. Tampouco foram registradas no processo de aprovação do PPA demandas de representantes da sociedade civil relacionadas com ações em benefício de jovens, nem junto ao autor (Poder Executivo) do Projeto de Lei PPA 2008-2011, nem em direção dos deputados estaduais que são responsáveis pela apreciação, ajustes e aprovação da matéria.

Estes são fatores que competem para a construção de um PPA em que as ações em benefício de jovens são “mais do mesmo” e, apesar do volume significativo de recursos, não apontam para mudanças significativas das condições de vida deste segmento da população.

8 Uma noção obliterada de espaço público no processo de construção do orçamento

Nos processos ora analisados, no Projeto “Dialogando” e na construção do PPA 2008-2011 do Estado de Pernambuco encontramos a obliteração do espaço público. A presença da população em atividades apresentadas como preparatórias para o planejamento dos órgãos públicos estaduais viabilizou o emprego retórico do conceito de participação popular. Entretanto, entre os jovens pernambucanos pode-se dizer que ainda tem muito o que se aprimorar até que se atinja de fato uma participação popular que dê lugar ao dissenso entre Estado e sociedade, que estabeleça formas de regular os conflitos e tomar decisões responsáveis e exequíveis a partir dessa interação. Os grandes desafios da concretização desta prática democrática estão relacionados com o trânsito do discurso à prática.

O discurso da participação tem sido comum às mais diversas colorações político-partidárias em Pernambuco (LEAL, 2003; MELO, 2005; LUBAMBO & COELHO, 2005). A engenharia política tem levado os mais diversos atores públicos a se aliar com vistas às eleições, o que não favorece a organicidade dos movimentos sociais e reforça o caráter frágil e incipiente da pressão popular e do controle social. Em um contexto de alianças tão difíceis de entender é possível perceber que “... as elites brasileiras parecem ter perdido o senso liberal burguês de necessidade dos mínimos sociais, os setores médios não ficaram atrás na omissão. Restou, a um ainda débil movimento popular, aliado a alguns segmentos (Igreja, intelectuais, ONGs, etc.), a incumbência de exercitar práticas de democratização do poder junto ao Estado” (LEAL; 2003, 77).

O quadro a seguir expõe essa diversidade de alianças eleitorais em Pernambuco e na capital, Recife. Serve-nos como uma síntese dos arranjos políticos que tomaram as eleições para prefeito da capital e governador do Estado nos últimos anos. O quadro excetua o interregno de ditadura militar, posto que neste período os direitos políticos estavam suspensos e a população não era sistematicamente consultada para eleição de seus representantes. Está baseado em artigo de Fernando Antônio Azevedo (1993), consultas à internet e acrescido de observações sobre um passado mais recente.

RECIFE		PERNAMBUCO	
1955-1958	Pelópidas Silveira (PSB)	1959-1962	Cid Sampaio (eleito pela UDN, com apoio do PCB)
1959-1961	Miguel Arraes (PST, com apoio de Pelópidas)	1962-1964 – interrompido pelo Golpe Militar	Miguel Arraes (com apoio de ampla frente de esquerda, incluindo grupos políticos e intelectuais)
1962-1964 – interrompido pelo Golpe Militar	Pelópidas Silveira (com apoio de ampla frente de esquerda, incluindo grupos políticos e intelectuais)	1964-1967	Paulo Guerra (vice-governador eleito na chapa encabeçada por Miguel Arraes, o Sr. Paulo Guerra concluiu o mandato sob muita conturbação)
Período sem eleições diretas.		Período sem eleições diretas.	
1983-1985	Joaquim Francisco (com apoio de diversos setores conservadores)	1982-1986	Roberto Magalhães (PDS, com apoio de diversos setores conservadores)

1986-1988	Jarbas Vasconcelos (com apoio de Arraes, ambos então no PMDB)	1986	Gustavo Krause (vice-governador eleito na chapa encabeçada por Roberto Magalhães, o Sr. Krause concluiu o mandato)
1989-1992	Joaquim Francisco (PFL, com apoio de ampla frente conservadora. Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes haviam rompido aliança, encontravam-se em partidos distintos. Cada um deles apoiou um candidato diferente, além de que o PT também lançou candidatura própria.)	1987-1990	Miguel Arraes (PSB, eleito sob divisão das elites esquerdistas, o Sr. Arraes renunciou ao mandato em abril/1990 para disputar vaga de deputado federal)
1993-1996	Jarbas Vasconcelos (PMDB, sem apoio de Arraes)	1990	Carlos Wilson (vice-governador eleito na chapa encabeçada por Arraes, o Sr. Carlos Wilson concluiu o mandato)
1997-2000	Roberto Magalhães	1991-1995	Joaquim Francisco (PFL, com apoio de ampla frente conservadora)
2001-2004	João Paulo (PT)	1995-1998	Miguel Arraes (PSB, eleito sob divisão das elites esquerdistas)
2005-2008	João Paulo (PT)	1999-2002	Jarbas Vasconcelos (PMDB)
		2003-2006	Jarbas Vasconcelos (PMDB)
		2007-	Eduardo Campos (PSB, eleito sob divisão das elites esquerdistas. No segundo turno, obteve apoio dos demais partidos de esquerda)

Essa “dança” das cadeiras e dos partidos tem contribuído para fragilizar o tecido social de sustentação ideológica dos governos progressistas em Pernambuco. O ideário de gestão pública que encontra semelhança na maioria dos programas de governo da recente história da democracia em Pernambuco é pautado, por um lado, na inserção de atores populares, por outro lado, na adoção de métodos gerenciais mais modernos. Entretanto, os arranjos político-partidários rondam como um fantasma a concretização desse discurso. Assim que, no segundo mandato de prefeito do Sr. Jarbas Vasconcelos, as alianças com vista às futuras eleições para prefeito em 1996 e para governador em 1998, levaram-no a ceder cada vez mais às pressões de grupos econômicos e da elite política regional, o que descaracterizou o projeto de gestão democrática aperfeiçoado sob o seu comando a partir de 1986 e com forte ingerência da secretária municipal de educação. As inovações deste segundo mandato levaram à renúncia da referida secretária, principal articuladora da participação popular por meio do “Programa Prefeitura nos Bairros” na primeira gestão e “Orçamento Participativo” no segundo mandato. (LEAL, 2003)

Alguns anos depois, após as eleições de 1998, o Sr. Jarbas Vasconcelos assume a posição de governador eleito do Estado de Pernambuco e inicia seu mandato, em 1999, com o anúncio do “Programa Governo nos Municípios”, apresentado como sendo “... um instrumento de gestão pública participativa com o objetivo principal de discutir com os atores locais as prioridades de investimento para cada Região de Desenvolvimento (RD) do Estado. Um dos objetivos do Programa foi demonstrar a importância da descentralização das ações...” (LUBAMBO & COELHO; 2005, 256)

Tudo isso confirma que a participação popular não é prática recente no Governo do Estado de Pernambuco. Tendo marcado o primeiro mandato de Miguel Arraes, interrompido pela ditadura militar, na década de 60; o ideário da participação popular se repetiu na gestão estadual no segundo mandato de governador do Sr. Arraes, bem como nos mandatos do Sr. Jarbas Vasconcelos. A ascensão do neto de Arraes, Sr. Eduardo Campos, ao governo do Estado nas eleições de 2006 foi novamente marcada pela expectativa de ampliar a participação popular e efetivar um governo mais coerente com as demandas da população.

Para que este projeto democrático vigore e frutifique é preciso fortalecer os grupos e associações populares, viabilizando não somente a presença de representantes dos diversos segmentos e regiões do Estado em discussões sobre suas demandas e potencialidades, mas principalmente a formação contínua das representações populares e sua participação no monitoramento da execução de suas demandas. Assim, é preciso aprimorar os instrumentos públicos de planejamento e gestão, expondo com mais clareza as diretrizes de investimento público do Estado e o percurso de construção dessas escolhas.

No que tange especificamente à democratização e participação popular entorno das políticas públicas de juventude, é importante a superação do caráter assistemático de consulta aos jovens sobre suas demandas. Projetos como o “Dialogando”, apesar de representar uma importância pontual no caminho rumo à gestão democrática, são muito limitados no que diz respeito à institucionalização da consulta popular relacionada à priorização de iniciativas de governo. Para avançar numa trilha democrática de políticas públicas para os jovens, mostra-se importante instituir canal permanente de diálogo entre Governo e sociedade civil, arregimentado por legislação estadual que assegure sua permanência independente do governo de turno. Este espaço deve ter participação dos diversos segmentos juvenis e das diferentes regiões do Estado, devendo ser consultado para a definição de prioridades de governo e possuindo algum poder de deliberação.

Quanto às questões orçamentárias, das quais também trata este texto, parece-nos que também há muito o que avançar no caminho da democratização do planejamento orçamentário e controle social da execução do orçamento público. Primeiro, mostra-se necessário normatizar a consultar popular na definição das prioridades de investimento do governo, criando maior autonomia e assegurando que a população ou um conjunto maior de seus representantes será consultado a respeito das diretrizes de investimento do governo. Em segundo lugar, mostra-se importante um detalhamento maior do documento de planejamento de médio prazo, representado pelo Plano Plurianual. Este documento não detalha as despesas por ação, o que torna muito difícil o acompanhamento da definição de prioridades orçamentárias.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro Paulo M. (orgs.). “Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.” São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. “Dinâmica Política e Processo Eleitoral: Pernambuco, 1945/1990”. **In:** Teoria & Pesquisa, São Carlos, n. 4, 1993.
- BARBALHO, Alexandre. “Minorias, biopolítica e mídia.” Porto Alegre: INTERCOM, 2004. (<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18076/1/R0651-1.pdf>)
- BENEVIDES, Maria V. “A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular”. São Paulo: Atica, 1994.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE & FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude & Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. ÁREA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM. Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- CARRANO, Paulo C. R. “Jovens e Participação Política.” **In:** Juventude e Escolarização (1989-1998). Coordenação: Marília Spósito. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.
- DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto & PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. **In:** DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto & PANFICHI, Aldo (organizadores). A disputa pela construção democrática na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2006.
- GAUTHIER, Jacques. “Sociopoética: encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação.” Rio de Janeiro: Ed. Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.
- GENRO, Tarso (org). Porto da Cidadania: a esquerda no governo de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- GROPPO, Luis Antonio. “Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.” São Paulo 2000.
- HAGUETTE, Teresa M. F. “O Cidadão e o Estado.” Fortaleza: Ed. UFC, 1994.
- LANDIM, Leilah. “Múltiplas Identidades das ONGs.” **In:** HADDAD, Sérgio (org). ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG / Peirópolis, 2002.

- LEAL, Suely. “Fetichismo da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil. Recife: Ed. do Autor / CEPE, 2003.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley & COELHO, Denilson Bandeira. “Governo e sociedade civil aprendem: O que revela a experiência recente de participação em Pernambuco?” **In:** LUBAMBO, Cátia Wanderley, COELHO, Denilson Bandeira & MELO, Marcus André (organizadores). Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- MARQUES, Rosa Maria. “Uma Previdência Social para os brasileiros”. **In:** Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?) / organizado por João Sicsú. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELO, Marcus A. “Instituições orçamentárias municipais e o processo legislativo em Recife”. **In:** LUBAMBO, Cátia Wanderley, COELHO, Denilson Bandeira & MELO, Marcus André (organizadores). Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- NOVAES, Regina C. (*et alli*). “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.” São Paulo. Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert. 2006.
- OLIVEIRA, Fabrício A. de. “Reforma Tributária: abrindo caminhos para o crescimento e o fortalecimento da federação.” **In:** Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha / organizado por Sonia Fleury. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PASSARINHO, Paulo. “Previdência Social Pública: um serviço universal ao cidadão brasileiro”. **In:** Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?) / organizado por João Sicsú. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PERNAMBUCO, Governo de. “Caderno de Propostas.” Recife: Secretaria Especial de Juventude e Emprego / ETAPAS, 2007a.
- _____. “Manual de Elaboração PPA 2008-2011.” Recife: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2007b.
- _____. “Projeto de Lei PPA”. Recife. Governo do Estado de Pernambuco, 2007c.
- _____. “Relatório Global – Projeto Dialogando: o governo do Estado ouvindo os jovens”. Recife: Secretaria Especial de Juventude e Emprego / ETAPAS, 2007d.
- REIS, Fabio W. “Dilemas da Democracia no Brasil”. **In:** AVELAR, Lucia & CINTRA, Antonio Octavio (org). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- SALVADOR, Ernesto. “A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?”. **In:** Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?) / organizado por João Sicsú. São Paulo: Boitempo, 2007.

SICSÚ, João & VISOTTO, Carlos. “A administração fiscal no Brasil e a taxa de juros”. **In:** Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?) / organizado por João Sicsú. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINTOMER, Yves. “*Los presupuestos participativos en Europa: retos y desafíos*“. Paper apresentado no IX Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administracion publica. Madrid, 2 a 5 novembro 2004.

URRESTI, Marcelo. “Paradigmas de participación juvenil: um balance histórico”. **In:** BALARDINI, Sergio. La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: Clasco, 2000, pp.177-205. (<http://168.96.200.17/ar/libros/cyg/juventud/urresti.pdf>)

UTZIG, Jose Eduardo. “Notas sobre o governo do PT em Porto Alegre“. **In:** GENRO, Tarso (org). Porto da Cidadania: a esquerda no governo de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/117historia/governadoresdepernambuco_biografia.htm#Cid%20Feijó%20Sampaio

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_pernambuco

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_recife